

II WORKSHOP INTERNACIONAL DE LISBOA SOBRE DIREITO ADMINISTRATIVO GLOBAL

«DIREITO(S) ADMINISTRATIVO(S) GLOBAL(IS): UNIDADE E DIVERSIDADE DOS REGIMES ADMINISTRATIVOS GLO- BAIS»

organizado por

CIDP – CENTRO DE INVESTIGAÇÃO DE DIREITO PÚBLICO

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

4 de Dezembro de 2015

Local: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Organizadores: David Duarte, Francisco Paes Marques, Tiago Fidalgo de Freitas,
Jorge Silva Sampaio, Rui Tavares Lanceiro

TEMA DO WORKSHOP

Existe um número crescente de organizações internacionais a exercer tarefas que podem ser – e que têm sido – vistas como paralelas a funções tradicionalmente identificadas como administrativas ou para-administrativas a nível estadual. A aplicação de regras gerais a casos concretos, a concessão de licenças ou autorizações, a prestação de serviços, a gestão de funcionários, ou a emissão de regulamentação concretizadora de normas emitidas pela própria organização ou por outra organização internacional são apenas alguns dos exemplos de tais actividades.

De facto, o exercício da função administrativa ou para-administrativa por organizações internacionais pode ocorrer através da produção normativa ou através da aplicação de normas a casos concretos – tendo como sujeitos os Estados, outras organizações internacionais ou sujeitos individuais. Alguma doutrina tem vindo a identificar esta actividade com uma das áreas abrangidas pelo designado Direito Administrativo

Global. As administrações públicas internacionais estão sujeitas a uma teia normativa complexa, que inclui diversas normas de origem internacional – convenções internacionais e actos normativos da organização a que pertencem ou a outras organizações internacionais – e mesmo nacionais. Ora, isto significa que existem condicionamentos normativos internacionais, mundiais, regionais ou locais, à actuação da administração internacional e ao respectivo procedimento administrativo, quer relativamente ao seu poder normativo regulamentar, quer relativamente ao seu poder de produção de decisões singulares e concretas de aplicação do Direito.

Um dos objectos de estudo do projecto de investigação «Direito Administrativo Global: da realidade à reconstrução teórica», neste campo, passa, justamente, pela abordagem do quadro normativo aplicável a esta actividade administrativa ou para-administrativa de organizações internacionais. Tendo em conta o carácter específico de cada organização internacional e de cada regime normativo em causa, é necessário proceder a estudos de caso de forma a se poder, com base neles, perceber se existem traços ou elementos comuns e em que medida é que estes se relacionam com as tra-ves-mestras do Direito Administrativo clássico, de raiz estadual. Neste sentido, é necessário, desde logo, proceder à identificação de princípios gerais aplicáveis à actividade administrativa ou para-administrativa das organizações internacionais. Para além disso, os condicionamentos normativos enfrentados pelas diversas administrações das organizações internacionais podem ser, por vezes, contraditórios ou dificilmente conciliáveis, devendo estudar-se, igualmente, se existe uma forma de resolução das antinomias normativas.

O *workshop* que se propõe organizar pretende, assim, focar-se no estudo da definição e análise das formas de actuação administrativa e dos traços de Direito Administrativo de regimes e organizações como a ONU, a Organização Mundial do Comércio, a Organização Mundial da Saúde, a Organização Internacional da Aviação Civil, a Autoridade dos Fundos Marinhos, a União Postal Universal, etc.

O *workshop* é uma iniciativa da Linha de Investigação em [Direito Administrativo e Regulação Global](#) do CIDP – Centro de Investigação de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

ORGANIZAÇÃO

O *workshop* inclui duas sessões com a discussão de quatro *papers* em cada uma. Em cada sessão, um comentador apresenta e analisa brevemente um *paper* previamente distribuído, seguindo-se uma discussão com o autor e com a audiência.

ENVIO DE ABSTRACTS

Os investigadores interessados na apresentação de um *paper* para o *workshop* são convidados a apresentar um *abstract* (max. 300 palavras) e um CV sumário até 30 de Agosto de 2015. Os candidatos serão notificados da decisão do processo de selecção até ao dia 4 de Setembro.

Os autores seleccionados deverão apresentar as primeiras versões do seu *paper* com cerca de 5.000 palavras escritas em língua inglesa até 9 de Novembro de 2015. Os *papers* serão então distribuídos pelos comentadores e participantes no dia 10 de Novembro de 2015.

Depois do *workshop*, os autores deverão rever e expandir os seus *papers* para um artigo de 10.000 a 15.000 palavras (notas de rodapé incluídas), que será sujeito a arbitragem científica e publicado pelo CIDP – Centro de Investigação de Direito Público.

As refeições durante o dia do *workshop* e o alojamento (duas noites) são assegurados pelo CIDP – Centro de Investigação de Direito Público.

Para informações adicionais e envio de *abstracts*:

- Rui Tavares Lanceiro (ruilanceiro@gmail.com).

Site da conferência:

- <http://www.icjp.pt/conferencias/6053/programa>

APOIO

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA